Anúncio n.º 8047-AZ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Sofia Rodrigues, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 335/96.5TBBCCL, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando da Silva Araújo, filho de João Fernandes de Araújo e de Albina da Silva Pereira, natural de Barcelos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Março de 1972, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10166752, com domicílio no Edifício Doma I, 1.º, esquerdo, Arcozelo, 4750 Barcelos, por se encontrar acusado da prática de um crime de omissão de assistência material à família, previsto e punido pelo artigo 30.º, n.º 2, 78.º, n.º 5 e 197.º, n.º 2, do Código Penal de 1982 e nos artigos 30.º, n.º 2, 79.º e 250.º, do Código Penal, de 1995, praticado em 2 de Fevereiro de 1994, por despacho de 14 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

20 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Lomba*.

Anúncio n.º 8047-BA/2007

A juíza de direito, Dr.ª Sofia Rodrigues, do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 10410/02.3TBBCCL, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim José Ferreira Magalhães, filho de Abel Joaquim Teixeira de Lima e de Ana Paula Ferreira Magalhães, natural de Esposende, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Janeiro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11748309, com domicílio na Rua Azevedo Coutinho, 10, Fão, 4740 Esposende, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, por despacho de 9 de Maio de 2007, praticado em 27 de Abril de 2001, por despacho de 14 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

20 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Lomba*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA**Anúncio n.º 8047-BB/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Ana Reis Baptista, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 19/00.ITABJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Martinho José de Almeida Caramelo, filho de António da Silveira Caramelo e de Maria Cecília de Assunção Almeida, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Novembro de 1959, casado, titular do bilhete de identidade n.º 5207577, com domicílio na Casal Garcia Mogo, Ladeira do Pinheiro, Meia Via, 2350 Torres Novas, o qual foi condenado por sentença de 25 de Setembro de 2003, transitada em julgado em 10 de Outubro de 2003, pela prática de dois crimes de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 29 de Outubro de 1999 em 120 dias de multa à taxa diária de 4,00 euros, que perfaz o montante global de 480,00 euros, por despacho de 14 de Setembro de 2007 é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter certidões de nascimento, registos criminais ou passaporte, artigo 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal.

23 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Reis Baptista*. — A Escrivã-Adjunta, *Odete Sousa*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL**Anúncio n.º 8047-BC/2007**

O juiz de direito, Dr. Bruno Reचना, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 343/03.1GABBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Kiriliv Boris, filho de Kiriliv Oleg e de Kiriliv Oksana, natural de Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 1 de Janeiro de 1985, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, com domicílio na Rua Salvador Carvalho Santos, 7, Pó, 2540 Bombarral, ao qual foi fixada a medida de coacção de termo de identidade e residência, a prestar nos termos do artigo 196.º, do Código de Processo Penal, pela prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 2 de Dezembro de 2003, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

14 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Reचना*. — O Escrivão-Adjunto, *José Júlio Celas Fernandes*.

Anúncio n.º 8047-BD/2007

O juiz de direito, Dr. Bruno Reचना, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 307/03.5GABBR, pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel dos Santos Ribeiro, filho de Florentino Ribeiro de Pinho e de Maria Adelaide Ferreira dos Santos, natural de Pigeiros, Santa Maria da Feira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Novembro de 1967, viúvo, titular do bilhete de identidade n.º 9429307, com domicílio em Além do Rio, Pigeiros, 4520 Santa Maria da Feira, ao foi fixada a medida de coacção de termo de identidade e residência, a prestar nos termos do artigo 196.º do Código de Processo Penal, pela prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Julho de 2003, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

16 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Reचना*. — O Escrivão-Adjunto, *José Júlio Celas Fernandes*.

Anúncio n.º 8047-BE/2007

O juiz de direito, Dr. Bruno Reचना, do Tribunal da Comarca do Bombarral, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 470/04.8GTTVD, pendente neste Tribunal contra o arguido Dmytro Stetskuy, filho de Stetskuy Ivan e de Stetska Anna, de nacionalidade ucraniana, nascido em 15 de Maio de 1980, casado, titular do passaporte n.º 786981, com domicílio na Estrada Municipal, Porta 28, Campelos, 2530-397 Lourinhã, o qual foi acusado, pela prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 7 de Março de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos,

certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

17 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Rechena*. — A Escrivã-Adjunta, *Goretti Costa*

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 8047-BF/2007

A juíza de direito, Dr.ª Luísa Maria O. Alvoeiro, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1501/05.0TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Abílio Freitas Antunes, filho de João Augusto Antunes e de Aurora do Nascimento de Freitas, natural de Sobreposta, Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 4 de Março de 1960, casado, com profissão de desembaraçador, titular do bilhete de identidade n.º 7666523, com domicílio na Rua de São Salvador de Montélios, 15, 4.º, centro/trás, Real, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por despacho de 19 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

20 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Luísa Maria O. Alvoeiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Natércia Espada*.

Anúncio n.º 8047-BG/2007

A juíza de direito, Dr.ª Luísa Maria O. Alvoeiro, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1350/03.0TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido José Maria Sousa Domingues, filho de Manuel de Oliveira Domingues e de Ester Ribeiro Sousa, natural de Rossas, Vieira do Minho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Maio de 1955, divorciado, desempregado, titular do bilhete de identidade n.º 6800413, com domicílio no Lugar do Pombal, Rossas, Vieira do Minho, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea *a*), do Código Penal, por despacho de 21 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos dos artigos 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal e artigo 2.º, n.º 2, do Código Penal, redacção introduzida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto.

21 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Luísa Maria O. Alvoeiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Natércia Espada*.

Anúncio n.º 8047-BH/2007

A juíza de direito, Dr.ª Luísa Maria O. Alvoeiro, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1269/99.7TABRG (ex. processo n.º 160/01), pendente neste Tribunal contra a arguida Maria do Sameiro da Silva Lopes Queirós, filha de Domingos Marques Lopes e de Maria Joaquina da Silva, natural de Maximinos, Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Setembro de 1945, viúva, com profissão de doméstica, titular do bilhete de identidade n.º 5980296, com domicílio na Praça Monsenhor Elísio Fernandes de Araújo, 12, 1.º, centro, Nogueiró, 4700 Braga, por se encontrar acusada da prática do crime de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 5 de Fevereiro de 1997, por despacho de 24 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

25 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Luísa Maria O. Alvoeiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Natércia Espada*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 8047-BI/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1461/04.4TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel Pereira da Silva, filho de Sebastião Rodrigues da Silva e de Maria de Jesus Almeida Pereira, natural de Braga, São João do Souto, Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Março de 1973, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10655616, com domicílio no lugar de Pedreiras, Palmeira, 4710 Braga, pela prática de um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal, praticado em 4 de Dezembro de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

4 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

Anúncio n.º 8047-BJ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2334/06.ITAVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Daniel Alves Gonçalves, filho de Luís Gonçalves e de Maria dos Anjos Alves, natural de França, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Julho de 1968, casado, com profissão de gerente, titular da identificação fiscal n.º 192351753 e do bilhete de identidade n.º 9725904, com domicílio na Rua Luísa Neto Jorge, 403, 7.º, direito, Leça da Palmeira, 4450 Leça da Palmeira, o qual foi por termo de identidade e residência, a prestar neste acto, artigo 196.º do Código de Processo Penal, transitado em julgado, pela prática de um crime de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 28 de Abril de 2004, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

15 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

Anúncio n.º 8047-BL/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 3468/05.5PBRRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Renato Martins Figueiredo, filho de Joaquim Peixoto de Figueiredo e de Rosa da Costa Martins, natural de Nogueira, Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Julho de 1976, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10822207, com domicílio na Rua Fonte de Agra, 11, Nogueira, 4700 Braga, pela prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 28 de Dezembro de 2005, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do